

ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jesse Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Ricardo Alba

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Traz a tribuna situação que ocorre todos os anos no Alto Vale do Itajaí. Cita que no município de Ituporanga aconteceu uma ação midiática do MTP - Ministério Público do Trabalho, que puniu os agricultores que plantam cebolas por praticarem o que caracterizaram como trabalho escravo em suas lavouras.

Explica que há uma migração de mão de obra em determinados períodos, tanto para plantação como para colheita, e muitos trabalhadores são

migrantes de Pernambuco, que vêm atrás de emprego, e são contratados para a colheita. Afirma que eles têm moradia, alimentação, água, luz e salários proporcionados pelos produtores, não caracterizando assim trabalho escravo.

Informa que não procede a acusação do MPT, bem como as multas aplicadas, que são injustas, e o órgão será questionado sobre a ação. Destaca que os produtores fizeram manifestação, ressaltando que são trabalhadores e não bandidos.

Cita que está formalizando requerimento, pedindo esclarecimento ao Ministério Público do Trabalho. Ressalta que está ao lado dos agricultores, registrando o seu repúdio, a sua indignação com relação ao tratamento do MPT aos agricultores catarinenses, que geram emprego, salário e riqueza para o Estado.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Concorda plenamente com a fala do Deputado Ricardo Alba. Considera muito grave o cidadão querer trabalhar e não ter oportunidade. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Diz que comemora junto com esta Casa, na presente data, considerada especial, o lançamento do programa chamado Plano 1000, que, em princípio, atenderia as 50 maiores cidades, aumentado agora para 70 maiores, numa ação integrada do Governo do Estado, juntamente com a Secretaria da Fazenda, a Casa Civil, a Secretaria de Infraestrutura, bem como os seus servidores, reunindo esforços intelectuais de heróis invisíveis que trabalham em favor do serviço público e que nem sempre são nominados. Faz questão de agradecer o referido programa, que é um divisor de águas na história do desenvolvimento de Santa Catarina.

Conta que tem acompanhado os inúmeros investimentos patrocinados pelo Governo do Estado, recursos próprios do suor do trabalhador catarinense, aplicados em ações fáticas na recuperação de hospitais, escolas públicas municipais, nas rodovias, e todas têm um processo tramitando para obter resultado em breve, citando

a BR-477, a Dona Francisca, entre tantas outras que ainda não tiveram suas licitações concluídas, mas que seguem no curso do planejamento do Estado. Entretanto, várias obras municipais têm desaguado nas cidades, fruto das emendas parlamentares ou de outras ações diretas do Governo.

Acrescenta que o Governo lançou o chamado Plano 1000, que tem como propósito estruturar grandes projetos na área de infraestrutura e assegurar aos Prefeitos, nesse tempo tão difícil de envolvimento de recursos da União, um porto seguro para as gestões nos próximos cinco anos. O Plano 1000 vai ofertar o montante de R\$ mil/habitante a cada uma das cidades catarinenses, e o propósito do Governo é amplificar o Plano 1000 para os 295 municípios, iniciando com cerca de 70 cidades, conforme foi mencionado, elegíveis pela população ou por uma situação específica, como as cidades portuárias e turísticas, que exigem investimentos para o seu desenvolvimento. Agradece ao Governador Carlos Moisés e a sua equipe de trabalho pelo programa, desconsiderando situações político-partidárias para acessar tais recursos, ratificando que a sua decisão representa fazer política de Estado.

Também agradece aos Deputados da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, que aprovaram o seu projeto sobre a causa animal, que estabelece regras, impedindo a corrida de cães galgos no Estado Catarinense. Reitera o pedido do Deputado Ivan Naatz para incluir na pauta de votação, de 2021, o projeto Dezembro Verde, cujo teor refere-se à política de conscientização ambiental contra o abandono de animais. Diz que apresentou uma emenda ao Projeto de Lei de Reforma Administrativa do Governador, que pauta a criação do Conselho de Proteção Animal, e pede o apoio dos Colegas Parlamentares.

Deixa uma mensagem aos moradores do Planalto Norte, de que está conversando com o Secretário da Infraestrutura sobre as questões da BR-477, com projeto concluído e vai passar para a fase de licitação de contratação de obras; também em relação à Serra Dona Francisca, e reforça que é

direito do cidadão cobrar a realização dessas obras. Ratifica que a sua forma de trabalhar é trazendo a força do amor, da unidade, do entendimento, da clareza daquilo que precisa ser feito e edificado por Santa Catarina, e nesse intento os animais são importantes para o desenvolvimento e estão acolhidos nas políticas do seu gabinete. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Relata que assumiu o cargo de deputado estadual pela primeira vez em 2007, e considera normal, final de ano, ter projetos que vêm de uma hora para outra, tentando fazer com que ajustes sejam feitos, mas diz que nunca viu nada parecido com os projetos encaminhados à Casa neste final de ano.

Chama atenção da população catarinense para as próximas votações da Assembleia Legislativa. Cita projeto que pretende beneficiar servidores em *home office* com auxílio gasolina, bem como proposta que concede o cargo de auditor a candidato de concurso público para contador, entre outras.

Afirma que está tentando entender de onde vem tanta voracidade para encher os bolsos e aumentar as despesas públicas. Expõe que jamais presenciou proposições como estas em governos anteriores. Exibe trecho da análise do jornalista Paulo Alceu sobre os projetos que foram encaminhados à Assembleia Legislativa recentemente. Finalizando a matéria, o jornalista diz que: "cada vez mais trabalhamos para sustentar uma folha de pagamentos carregada de benefícios, enquanto amargamos uma realidade da sobrevivência".

Alega que é um absurdo em um momento onde pais de família estão enfrentando graves dificuldades, o governo conceder benefícios desconexos aos servidores. Ressalta que: "nunca tinha visto um final de ano com tanto jabuti e sacanagem". *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 15h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Solicita à assessoria que abra o painel para verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum.)

Há quórum para deliberação das matérias.

Registra com alegria a presença do ex-Deputado Estadual, líder da Bancada do MDB e ex-Deputado Federal, Ronaldo Benedet, desejando que seja bem-vindo.

Dá início a pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0270/2021, de autoria do Governador do Estado, que institui a Política Estadual de Transição Energética Justa e o Polo de Transição Energética Justa do Sul do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Sargento Lima.

O Sr. Deputado Sargento Lima faz solicitação à Presidência que não coloque este projeto em votação na pauta de hoje, pois precisam de audiências públicas que ainda não aconteceram.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Quanto à questão de ordem levantada pelo Deputado Sargento Lima, justifica que "conforme acordo de líderes firmado na Casa, projetos com três comissões estão aptos para Plenário nesta reta final de ano, como é o caso desta matéria, e atendendo um pedido da bancada do sul do Estado de Santa Catarina, pautamos a matéria para o dia de hoje. Já passou em três comissões."

Continua em discussão.

Discutiram também a matéria os srs. Deputados Jair Miotto, Ada De Luca, Valdir Cobalchini, Julio Garcia, Rodrigo Minotto, Paulinha, Jair Miotto, Padre Pedro Baldissera, José Milton Scheffer, Ivan Naatz, Milton Hobus e Felipe Estevão.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Consulta os srs. líderes sobre a possibilidade de discutir e votar dois projetos extrapauta: Projeto de Lei Complementar n. 9.5/2021, de autoria do Tribunal de Justiça, e o Projeto de Lei 451.2, de autoria do Governo do Estado.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0009/2021, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que transforma os cargos de Oficial da Infância e Juventude e Comissário da Infância e Juventude, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, altera atribuições e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça;

Conta com parecer favorável com aprovação da(s) emenda(s) substitutiva global da comissão de Finanças e Tributação;

Conta com parecer favorável com aprovação parcial da(s) emenda(s) da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;

Conta com parecer favorável com aprovação da(s) emenda(s) modificativa(s), substitutiva global e subemenda modificativa da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Ricardo Alba.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	abst
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 33 votos "sim", um voto "não" e uma abstenção.

A matéria está aprovada em primeiro turno.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0451/2021, de autoria do Governo do Estado, que autoriza o Poder Executivo a formalizar aditivo ao Contrato de Refinanciamento de Dívidas n° 12/98/STN/COAFI, assinado ao amparo da Lei federal n° 9.496, de 1997, e da Medida Provisória federal n° 2.192-70, de 2001, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Bruno Souza.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h04, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sara]